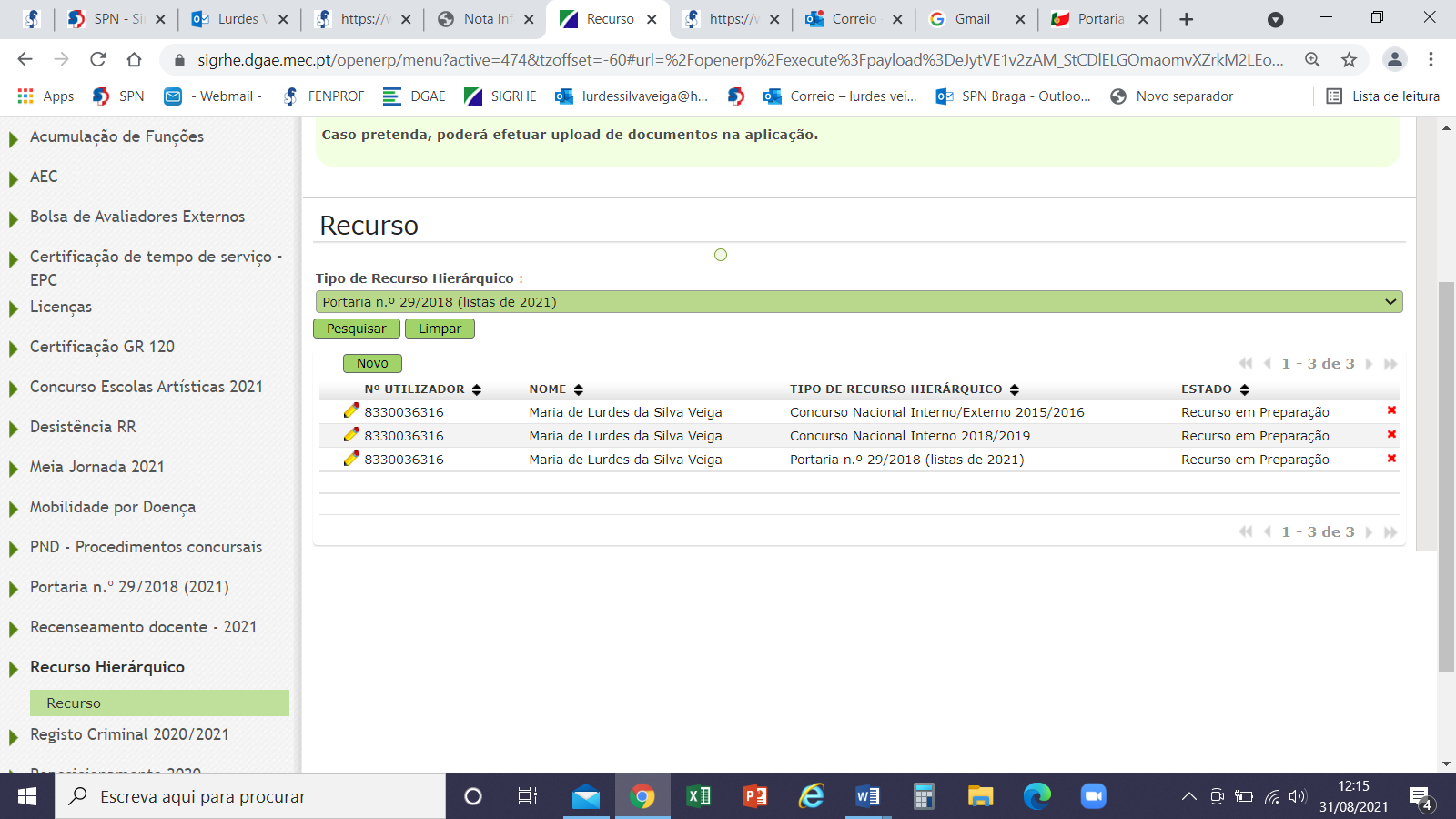
**LISTAS DEFINITIVAS 2021 DE GRADUAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES CANDIDATOS ÀS VAGAS PARA ACESSO AOS 5º E 7º ESCALÕES**

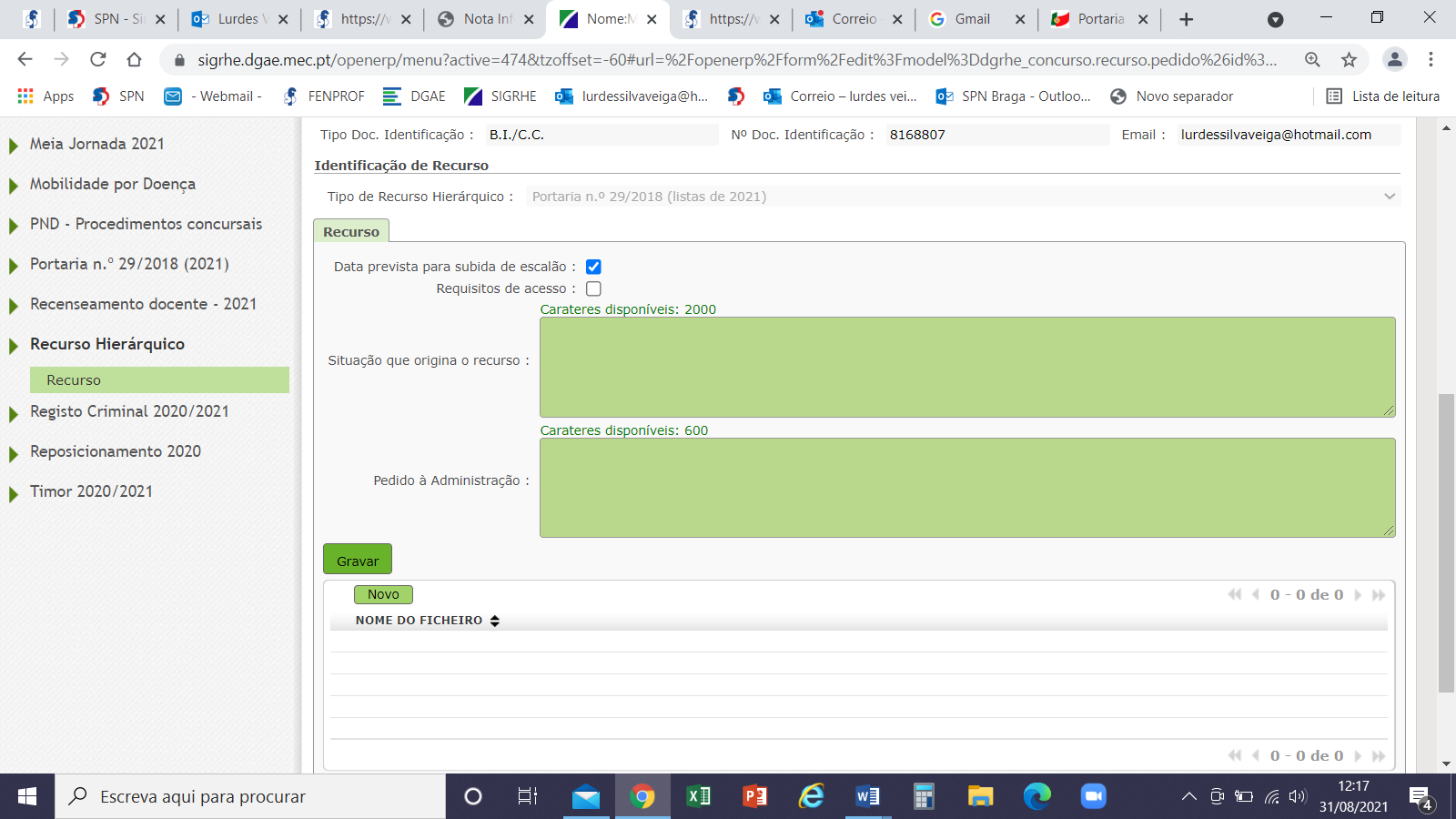
**RECURSO HIERÁRQUICO**

Na página da SGHRE deve ir a “recurso hierárquico”:

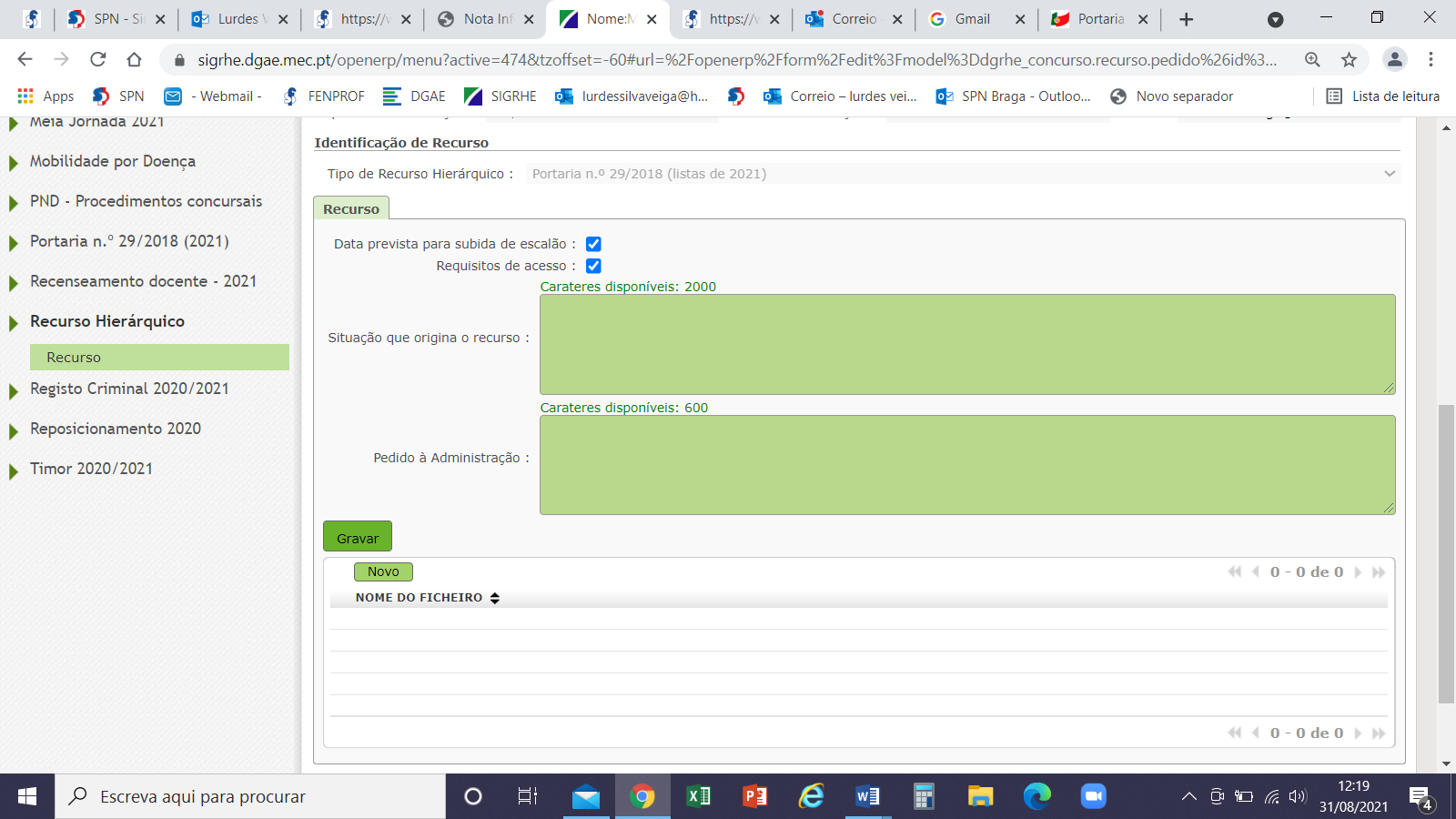
1.



2.



3.



***Situação que origina o recurso:***

1. Na sequência da homologação da lista definitiva de 2021 de graduação dos docentes candidatos às vagas para a progressão ao 5.º/7.º escalão da carreira, vem o/a recorrente impugnar a mesma, nos termos do artigo 6.º, n.º 8 da Portaria n.º 29/2018, de 23 de janeiro, por discordar com o n.º de ordem que lhe foi atribuído.
2. Apesar de na lista referida supra não constarem, para cada candidato nela contido, os elementos que determinam nos termos da referida Portaria a sua ordenação relativa, o/a recorrente apercebeu-se que docentes que entraram no 4.º/6.º escalão muito depois dele/a, e que eventualmente possuem menos tempo de serviço no escalão, se encontram graduados à sua frente e alguns deles ocupam lugares elegíveis para obter vagas disponíveis.
3. Esta situação origina que o/a recorrente seja ultrapassado/a por colegas que, aparentemente, prestaram menos tempo de serviço, em clara violação dos artigos 13.º e 59.º, n.º 1, alínea a) da Constituição da República Portuguesa.
4. A ocultação, na lista, do número de dias de serviço, considerado para efeitos de progressão na carreira, prestado no escalão por cada docente; a sua avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão, apurada quantitativamente até às milésimas; e a respetiva idade/data de nascimento constitui uma violação do dever de fundamentação dos atos administrativos que recai sobre a Administração e impede, materialmente, o/a recorrente de exercer na sua plenitude o seu direito de recurso porquanto, na ausência dos elementos em falta, desconhece e fica impedido de alegar os factos ou atos determinantes da diferenciação de posicionamento de cada um.
5. Coartando, assim, de forma grave e irremediável, a possibilidade de o/a recorrente utilizar os meios de tutela administrativa adequados para a defesa dos seus direitos individuais.
6. A ocultação dos dados em falta não colhe qualquer justificação, tendo em conta que inexistem razões de confidencialidade que obstem à sua divulgação, tal como o confirmam o Parecer n.º 313/2019, de 16 de julho, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e o Parecer da Provedoria de Justiça de referência S-PdJ/2020/18685, de 27 de junho.

***Pedido à Administração:***

Em face do exposto, requer a anulação do ato impugnado e a sua substituição por outro que atribua ao/à recorrente, na lista definitiva de graduação de docentes candidatos às vagas para progressão ao 5.º/7.º escalão, um número de ordem inferior ao dos colegas que prestaram menos dias de tempo de serviço no 4.º/6.º escalão ou ao daqueles que, tendo prestado o mesmo tempo, obtiveram menção quantitativa inferior na avaliação de desempenho imediatamente anterior à progressão ou são mais novos.

Mais requer que ao/à recorrente sejam facultados, relativamente a cada candidato constante da lista definitiva de 2021 de graduação dos candidatos à obtenção de vaga para a progressão ao 5.º/7.º escalão da carreira que possuam um número de ordem inferior ao seu, os elementos que determinaram a sua ordenação relativa na lista, mais concretamente: o número de dias de serviço, considerado para efeitos de progressão na carreira, prestado no escalão; a avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão, apurada quantitativamente até às milésimas; e a idade/data de nascimento.